



ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

“MATO GROSSO É EXEMPLO DE BRASIL QUE DÁ CERTO”

A Amaggi e a Inpasa firmaram uma parceria estratégica para a construção de três novas usinas de etanol de milho em Mato Grosso, com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões.

Foto Divulgação

OBRA JURÍDICA | pág.03

Presidente do TCE-MT lança livro sobre Defesa Recursal nos Tribunais de Contas

Foto Divulgação



AR COMPROMETIDO | pág.10

Alerta de baixa umidade do ar: como encarar tempo seco e proteger a saúde

Foto Divulgação



O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para baixa umidade para 15 estados e o Distrito Federal nesta primeira semana de setembro



“Mato Grosso é o Estado que mais cresce no país, com ambiente de negócios desburocratizado e incentivos com transparência e agilidade”, ressalta Mendes

A importância da doação de órgãos

O Brasil tem o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo e o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pelo financiamento de cerca de 95% dos transplantes no País. Aqui, pacientes recebem assistência integral e gratuita, incluindo exames preparatórios, cirurgia, acompanhamento e medicamentos pós-transplante, pela rede pública.

A doação de órgãos é um ato de amor, pois é uma maneira de proporcionar a uma pessoa que está doente uma nova chance de viver. A maior parte dos que se negam a oficializar a condição de doador de órgãos ou liberar os de familiares falecidos - ou em condição irreversível - o fazem por receios infundados, provindos da falta de informação.

Em Mato Grosso, uma notícia a muito esperada se tornou realidade. O governo de Mato Grosso, através da secretaria Estadual de Saúde, já vem realizando transplantes de rim no Estado. As cirurgias são realizadas pelo Hospital São Mateus, localizado em Cuiabá.

Porém, a relutância diante do pedido de autorização para a retirada de algum órgão do ente querido falecido ainda é, sem dúvida, a principal barreira para que mais vidas sejam salvas pelos transplantes. Para isso, é preciso menos negação por parte das famílias. No Brasil, para ser doador, não é preciso deixar nada por escrito, basta avisar os familiares, pois somente eles podem realizar a autorização.

Para desatar esse nó que impede o fluxo da vida, são necessárias ações em duas frentes: no estímulo à doação e no preparo da rede hospitalar para abordar famílias de potenciais doadores. Após a perda de um ente querido, o acolhimento psicossocial é um ponto-chave para a doação. Mas o assunto não pode se restringir ao delicado momento da morte. O debate deve fazer parte do dia a dia das famílias, da escola, da mídia e de toda a sociedade.

É essencial não se omitir e espalhar essa ideia. Quanto mais indivíduos reconhecerem a grandeza do ato de doador de órgãos, maior a chance de outras pessoas ganharem uma nova vida.

Artigo

Silêncios que matam: masculinidades e suicídio em Mato Grosso

Falar sobre suicídio em Mato Grosso é inevitavelmente falar sobre masculinidade. Só em 2019, 254 pessoas tiraram a própria vida no estado — um aumento de 22% em relação a 2018. Em 2020, a taxa foi de 7,4 mortes por 100 mil habitantes, número que supera a média nacional. A predominância é masculina: estudos epidemiológicos apontam que, no período de 2015 a 2021, a mortalidade dos homens por suicídio no estado cresceu mais de 60%, especialmente entre jovens de 20 a 29 anos, seguidos pelos de 30 a 39 anos.

Apesar da gravidade, não existe precisão nos números quando se trata de orientação sexual. Não sabemos, entre esses homens que morreram, quem era gay ou bissexual. O que se pode afirmar é que no interior dessa estatística estão sujeitos LGBT, invisíveis nos registros, mas presentes nas realidades de sofrimento. O artigo “Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades” (Baére & Zanello, 2020) mostra como a masculinidade hege-

mônica pesa sobre todos os homens, mas com efeitos diferentes: o gay enfrenta a rejeição direta da família e da religião, enquanto o bissexual carrega a dor da dupla exclusão — não aceito nem pelo grupo heterossexual, nem, muitas vezes, dentro do próprio meio LGBT.

Em Mato Grosso, esse cenário se soma a outro dado preocupante: a subutilização dos dispositivos de saúde mental pelos homens. Enquanto as mulheres buscam atendimento nos CAPS por sintomas depressivos e ansiosos, os homens aparecem em maior número apenas quando a demanda é dependência química, quase sempre já em situação crítica. Isso revela um silêncio masculino diante da depressão: os homens não reconhecem seus sofrimentos emocionais como motivo legítimo para procurar ajuda, e acabam acessando o cuidado apenas no limite.

Diante disso, olhar para o suicídio masculino em Mato Grosso é compreender um triplo silenciamento: o

silêncio da própria masculinidade, que proíbe a expressão da dor; o silêncio dos números, que não revelam quem são os homens LGBT dentro dessa tragédia; e o silêncio da saúde pública, que ainda não consegue chegar até eles antes do colapso. É nesse ponto que o estudo de Baére & Zanello se torna norteador: quando a masculinidade hegemônica é a régua, toda diferença vira vulnerabilidade — e para o homem gay ou bissexual, a exclusão se torna um peso de vida e morte.

Dispositivos de apoio Se você está em crise, ou se conhece alguém que está, procure ajuda imediatamente:

CVV – Centro de Valorização da Vida: ligue 188 (24 horas, gratuito). Também disponível em cvv.org.br.

CAPS (Centros de Atenção Psicossocial): atendimento gratuito pelo SUS para quem enfrenta sofrimento mental, dependência química ou risco de suicídio.

Unidades Básicas de Saúde (UBS): portas de entrada para acolhimento e encaminhamento.

SAMU (192) em situações de emergência.



Foto Reprodução

Nailton Reis é Psicólogo Clínico com especialização em Neuropsicologia Cognitiva Comportamental, Avaliação Psicológica e Psicologia do Trânsito em Cuiabá-MT CRP 18/7767



Diretor Executivo
Max Feitosa
DRT 2142/MT

DISTRIBUIÇÃO: Cuiabá, Várzea Grande e Baixada Cuiabana
A opinião dos articulistas não representa necessariamente a opinião do jornal, sendo responsabilidade de seus autores.

N M PUBLICIDADE LTDA - CNPJ 57.409.379/0001-05
Endereço : Rua Primavera, Número: 286
Bairro: Bosque da saúde - CEP 78050-030

Diretora Comercial
Gislene Miranda Arruda

Logística e distribuição
Darci Abílio

Jornalista
Elloise Guedes DRT- 3060/MT

Jornalista
Valdemar Félix- DRT 1008/MT

Mauro: “Mato Grosso segue mostrando que aqui é um exemplo de Brasil que dá certo”

Segundo executivos das companhias, o apoio do governo estadual foi determinante para viabilizar os projetos

Da Redação

Foto Divulgação

A Amaggi e a Inpasa firmaram uma parceria estratégica para a construção de três novas usinas de etanol de milho em Mato Grosso, com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões. A decisão foi comemorada pelo governador Mauro Mendes, que nas redes sociais destacou que Mato Grosso segue mostrando que aqui é um exemplo de Brasil que dá certo.

“Mato Grosso é o Estado que mais cresce no país, com ambiente de negócios desburocratizado e incentivos com transparência e agilidade. Temos um governo sério, que atrai e apoia quem quer produzir. Com gestão eficiente e confiança do setor privado, ninguém segura o nosso Mato Grosso, que já é o maior produtor de etanol de milho do país”, ressaltou o gestor.

Segundo executivos das companhias, o apoio do governo estadual foi determinante para viabilizar os projetos.

Mato Grosso é atualmente o maior produtor de etanol de milho do Brasil e ocupa a segunda posição na produção total de etanol, atrás apenas de São Paulo.

Na safra 2023/24, o estado produziu 4,54 bilhões de litros de etanol de milho em 14 usinas ativas, das quais 11 são exclusivas para processamento do grão. A projeção é de que esse volume alcance 9,6 bilhões de litros anuais até 2031, consolidando o protagonismo regional na transição energética e no mercado de biocombustíveis.

A entrada de três novas plantas amplia a capacidade produtiva do estado e reforça a posição do Brasil como um dos principais polos globais de bioenergia. Para Amaggi e Inpasa, o investimento não apenas fortalece o setor de etanol de milho, mas também cria sinergias com a cadeia agrícola local, agregando valor à produção de grãos.



“Mato Grosso é o Estado que mais cresce no país, com ambiente de negócios desburocratizado e incentivos com transparência e agilidade”, ressaltou Mendes

OBRA JURÍDICA

Presidente do TCE-MT lança livro sobre Defesa Recursal nos Tribunais de Contas

Publicação aborda o papel essencial das garantias constitucionais e processuais aplicáveis aos fiscalizados que respondem aos TCEs

Da Redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) lança, às 9h do próximo dia 23, no auditório da Escola Superior de Contas, o livro “Defesa Recursal nos Tribunais de Contas”. Coautor da obra, o presidente do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, explica que a publicação aborda o papel essencial das garantias constitucionais e processuais aplicáveis aos fiscalizados que respondem aos tribunais de contas.

Terceiro volume da coleção “Direito Processual de Contas”, a obra jurídica parte da análise dos fundamentos do direito ao contraditório, à ampla defesa e à imparcialidade institucional, examinando a estrutura recursal no processo de controle externo.

“Mais do que uma contribuição técnico-jurídica, essa obra representa um avanço institucional, ao oferecer aos operadores do direito, aos membros

dos tribunais de contas e à sociedade uma reflexão sobre os contornos de um modelo processual mais justo, garantista e comprometido com os valores do Estado Democrático de Direito”, destacou o presidente.

Coordenada pelo Rennan Thamay, a obra examina os fundamentos, garantias e mecanismos que estruturam o contraditório e a ampla defesa no âmbito do controle externo, abordando

temas como a teoria das nulidades no processo de contas, o regime recursal das decisões administrativas e os efeitos processuais dos recursos.

Voltado ao público acadêmico e profissionais que atuam no controle externo, o livro também se destina a pesquisadores, estudantes, membros e servidores dos tribunais de contas, advogados públicos e privados, além de gestores e demais agentes fiscalizados.

73 pessoas foram encaminhadas à delegacia em 2025 por furto de energia elétrica

Cerca de 70% das prisões por furto de energia são de proprietários de revenda de bebidas ou mercados de bairro

Da Redação

Nos primeiros oito meses de 2025, a Operação Energia Limpa registrou aumento de 114% no número de prisões em comparação ao mesmo período do ano passado. Enquanto em 2024 foram 34 pessoas levadas à delegacia até agosto, em 2025 o número saltou para 73. O aumento é resultado das ações conjuntas entre a Energisa e as forças de segurança, que têm intensificado as operações para prevenir e combater o furto de energia.

Cerca de 70% das prisões por furto de energia são de proprietários de revenda de bebidas ou mercados de bairro. Segundo o gerente de combate a perdas da Energisa Mato Grosso, Luciano Lima, esse é um setor que a concessionária está muito atenta e fica o aviso para quem ainda acredita que estar fora da lei compensa. Ele lembrou que o furto de energia é crime, previsto no artigo 155, e pode dar até quatro anos de cadeia.

Na última quarta-feira (10), dois irmãos foram presos em Itanhangá em mais uma ação da Operação Energia Limpa, realizada em conjunto entre Polícia Civil, Politec e concessionária de energia. Durante a inspeção, os peritos constataram sinais de violação em dois medidores de energia elétrica instalados em apartamentos. Fios de cobre soldados foram instalados diretamente na placa com a finalidade de fraudar o registro do consumo de energia elétrica. Os irmãos, donos de um mercado na cidade, foram presos e conduzidos à Delegacia de Tapurah para as providências cabíveis.

O delegado titular da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) de Cuiabá, Sylvio do Vale Ferreira Júnior, ressaltou a importância da atuação integrada.



Foto Divulgação

Prisões por furto de energia aumentam 114% em comparação ao ano passado

“Esses resultados demonstram a eficiência da união entre a iniciativa privada e as forças de segurança. O furto de energia não é apenas um crime patrimonial, mas também um risco à vida das pessoas, já que as ligações clandestinas podem provocar acidentes graves e até fatais. Continuaremos atuando com rigor para coibir essa prática e responsabilizar os envolvidos”, destacou.

E esse problema é nacional. O delegado titular da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) de Cuiabá, Sylvio do Vale Ferreira Júnior, ressaltou a importância da atuação integrada.

“Esses resultados demonstram a eficiência da união entre a iniciativa privada e as forças de segurança. O furto de energia não é apenas um crime patrimonial, mas também um risco à

vida das pessoas, já que as ligações clandestinas podem provocar acidentes graves e até fatais. Continuaremos atuando com rigor para coibir essa prática e responsabilizar os envolvidos”, destacou.

O furto de energia, conhecido como perdas não técnicas de energia elétrica no Brasil, representaram um custo de R\$ 10,3 bilhões em 2024, de acordo com relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Conhecido como “gato”, o furto de energia ocorre no mercado de baixa tensão, que é composto por consumidores residenciais, pequenos comércios, escritórios e pequenas indústrias. Esse furto de energia gera também um consumo sem controle da carga distribuída. Inúmeros aparelhos, tecnicamente precários, estão conectados a essa carga furtada, o que

provoca danos ao sistema e prejudica o atendimento aos demais consumidores.

Além do impacto financeiro na conta de luz dos consumidores, essa prática gera consumo sem controle, podendo sobrecarregar o sistema, provocar danos à infraestrutura e prejudicar a qualidade do serviço aos demais consumidores.

De acordo com a Aneel, em 2024, as interrupções no fornecimento por roubo de energia somaram 88.870 – cada uma delas com duração média de 8,64 horas.

A segurança da população também é comprometida: em 2024, 45 pessoas perderam a vida e 69 ficaram feridas em acidentes relacionados a furtos ou ligações clandestinas, de acordo com levantamento da Abradee.

AL cobra cumprimento de leis contra feminicídio em MT

A ALMT pediu que o governo informe quais das leis estão efetivamente implementadas e quais ainda dependem de regulamentação

GILBERTO LEITE/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Da redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou, na última quarta-feira (10), o Requerimento nº 548/2025 de autoria da Mesa Diretora, que solicita à Casa Civil do Governo do Estado informações detalhadas sobre a regulamentação e a implementação de 60 leis estaduais voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

A iniciativa busca fortalecer o acompanhamento das políticas públicas nessa área e garantir que normas já aprovadas pelo Parlamento estejam, de fato, sendo colocadas em prática.

No documento, a ALMT pediu que o Executivo informe quais dessas leis estão efetivamente implementadas, quais ainda dependem de regulamentação e quais ações, programas ou projetos estão em andamento para dar efetividade às normas. Também solicitou a apresentação de resultados ou indicadores obtidos até o momento.

A Mesa Diretora justificou que o enfrentamento à violência de gênero exige o trabalho em parceria entre os Poderes e que essa proposta não tem caráter acusatório, mas visa transparência, diálogo institucional e à melhoria da efetividade das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.

A iniciativa repercutiu entre os parlamentares durante a sessão, especialmente entre as deputadas estaduais, que reforçaram a urgência de garantir que leis já aprovadas saiam do papel e passem a beneficiar, de fato, a população feminina em situação de vulnerabilidade.

O presidente da ALMT, deputado Max Russi (PSB), reforçou que as leis aprovadas precisam ser regulamentadas e transformadas em políticas públicas efetivas.



A iniciativa busca fortalecer o acompanhamento das políticas públicas nessa área e garantir que normas já aprovadas pelo Parlamento estejam, de fato, sendo colocadas em prática

Destacou que, quando uma mulher é vítima de violência e precisa de atendimento hospitalar, os custos recaem sobre toda a sociedade, quando deveriam ser responsabilidade do agressor. Para ele, é fundamental que haja clareza e firmeza nas ações de enfrentamento, com regulamentação e prática efetiva das normas já sancionadas.

“São leis que foram aprovadas e precisam ser colocadas em prática e, com certeza, ajudariam muito no enfrentamento contra o feminicídio em Mato Grosso, com alcance social muito grande e teríamos uma política bem clara de enfrentamento contra o feminicídio. Vamos cobrar entorno de 60 leis, mas vamos ver aquelas que o governo vai

colocar, de forma rápida, em prática. A expectativa é pela resposta ao requerimento, e não havendo isso, vamos buscar outros meios para que as leis sejam implementadas porque foram aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo governo, portanto, têm que ser colocadas em prática”, afirmou o presidente.

A deputada Janaina Riva (MDB) destacou a iniciativa. “Hoje o presidente Max adotou a medida pioneira aqui na Assembleia para ajuizar as legislações aprovadas pela Casa, sancionadas pelo governo, que na hora de regulamentar foi omissivo. Então, o presidente está dando um prazo para o governo fazer a prestação de contas em relação às 60 leis voltadas à proteção da mulher.

Caso contrário, a Assembleia vai exigir esse cumprimento através das vias judiciais”.

A deputada Sheila Klener (PSDB) destacou a importância da fiscalização da efetividade das normas já aprovadas. “O objetivo do parlamentar não é só fazer lei, mas verificar a aplicação delas, fazer a fiscalização. Precisamos saber se estão sendo efetivas e qual o resultado na prática”, afirmou. Já a deputada Edna Sampaio (PT) reforçou a necessidade de orçamento e prioridade política para enfrentar o feminicídio. Para ela, a ausência de orçamento específico para essa causa revela contradição, pois se trata de um problema complexo que exige ações integradas e recursos compatíveis.

“Na própria LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] que está aqui na Casa não vemos ações consistentes e nem recursos que priorizem a política de combate à violência e ao feminicídio. Isso diz muito sobre como a gente está esquecendo do problema central que é a preservação da vida das mulheres que constituem a maioria da população. Portanto, saber o que está sendo feito das leis aprovadas em defesa das mulheres é um passo importante.

É fundamental que o governo priorize recursos e ações concretas no orçamento. Temos que ser aliados no combate ao feminicídio, na proteção da vida das mulheres”, declarou Edna Sampaio



Lei 12.336/2023.

Torna as informações
públicas mais claras,
acessíveis e fáceis de
entender.



Canal 30.1



assembleiamt



FaceALMT



89,5 fm



@TVAssembleiaMT

al.mt.gov.br



SE A LINGUAGEM É
SIMPLES,

TODO MUNDO
ENTENDE.

Unindo vozes,
fortalecendo cidades.



ALMT
Assembleia Legislativa

Campanha conscientiza sobre câncer ginecológico

Tumores afetam órgãos do sistema reprodutivo feminino e estima-se que haja 30 mil novos casos por ano no país

REDAÇÃO

O mês de setembro remete ao início da primavera, época que embeleza canteiros e avenidas. Mas o termo “Setembro em Flor” surgiu no intuito de reforçar o cuidado com outro tipo de natureza: a saúde íntima feminina. As mulheres precisam ficar alertas para tumores que estão na categoria de câncer ginecológico. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que, por ano, 30 mil novos casos sejam diagnosticados no país.

O câncer ginecológico envolve o colo do útero, endométrio, ovários, vagina e vulva. E a campanha “Setembro em Flor”, criada em 2021 pelo Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, acende o alerta para a importância de conscientizar a população sobre o tema e sobre os cuidados necessários.

O câncer de colo do útero é o de maior incidência entre os ginecológicos e também um dos que apresentam maior taxa de mortalidade entre as mulheres. Para 2025, são estimados mais de 17 mil novos casos no Brasil. A boa notícia é que ele pode ser prevenido com atitudes simples, como a vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) e a realização do exame preventivo de Papanicolau. A vacina contra o HPV está disponível gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas e meninos de 9 a 14 anos, além de casos especiais, como mulheres e homens que vivem com HIV, transplantados de órgãos sólidos, de medula óssea ou pacientes oncológicos, na faixa etária de 9 a 45 anos. A vacina também está disponível no sistema privado, indicada para um público mais amplo, incluindo homens e mulheres de 9 a 45 anos.



Foto Reprodução

A preocupação com os tumores é constante entre quem está na linha de frente. Em agosto de 2025, o Ministério da Saúde publicou uma portaria com novas diretrizes para o rastreamento do câncer de colo do útero.

O documento define diversas medidas, entre elas maior estruturação do SUS para atendimento às pacientes diagnosticadas com câncer ginecológico.

De acordo com a médica oncologista e diretora da Oncomed-MT, Dra. Cristina Inocência, é essencial que as mulheres conheçam sinais e sintomas e façam exames regularmente para acompanhamento.

“É de extrema importância ter esse conhecimento, fazer exames preventivos, ter um estilo de vida saudável e buscar ajuda médica o mais rápido possível. A prevenção e detecção precoce são cruciais para o sucesso do tratamento dos tumores ginecológicos”, destaca.

O mês de setembro remete ao início da primavera, época que embeleza canteiros e avenidas. Mas o termo “Setembro em Flor” surgiu no intuito de reforçar o cuidado com outro tipo de natureza: a saúde íntima feminina. As mulheres precisam ficar alertas para tumores que estão na categoria de câncer ginecológico. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que, por ano, 30 mil novos casos sejam diagnosticados no país.

O câncer ginecológico envolve o colo do útero, endométrio, ovários, vagina e vulva. E a campanha “Setembro em Flor”, criada em 2021 pelo Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, acende o alerta para a importância de conscientizar a população sobre o tema e sobre os cuidados necessários. O câncer de colo do útero é o de maior incidência entre os ginecológicos e também um dos que apresentam maior taxa de mortalidade entre as mulheres. Para 2025, são estimados mais de 17 mil novos casos no Brasil. A boa notícia é que ele pode ser prevenido com atitudes simples, como a vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) e a realização do exame preventivo de Papanicolau.

MP sugere escalonar funcionamento nos órgãos públicos devido as obras em Cuiabá

Promotor destacou que articulação entre órgãos públicos, concessionárias e empresas é essencial para minimizar os impactos à população

DA REDAÇÃO

Foto Divulgação

Com o objetivo de debater os impactos das obras de mobilidade urbana em curso na cidade e buscar soluções para minimizar os transtornos à população, a 29ª Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística promoveu uma audiência pública no auditório da sede das Promotorias de Justiça da Capital. Com o tema “Mobilidade Urbana em Cuiabá: desafios e soluções durante a execução de obras nas vias estruturais da capital”, a consulta reuniu sociedade civil, autoridades públicas, entidades de classe, especialistas e representantes do setor produtivo.

A audiência foi presidida pelo promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva, que apresentou os principais temas da pauta, como: a otimização da fiscalização de trânsito para garantir segurança e fluidez; a necessidade de maior transparência nos cronogramas das obras, permitindo que cidadãos e empresas possam se planejar; e a sincronização entre diferentes tipos de obras (como asfaltamento, saneamento e mobilidade) para evitar sobreposições que agravem o caos urbano. Segundo ele, a articulação entre órgãos públicos, concessionárias e empresas é essencial para minimizar os impactos negativos à população.

O deputado estadual Diego Guimarães destacou a relevância da audiência pública promovida pelo Ministério Público de Mato Grosso, reconhecendo os transtornos causados pelas obras de mobilidade urbana em Cuiabá, mas reforçando que esses impactos podem ser mitigados com planejamento e articulação entre os poderes.

Ele apontou os prejuízos diários enfrentados pelos cidadãos e lembrou os traumas deixados pelas obras da Copa do Mundo. Também enfatizou que o tempo perdido no trânsito afeta diretamente a qualidade de vida da população.

“Na semana passada, falei na tribuna da Assembleia sobre a necessidade de adotarmos horários alternativos de funcionamento nos órgãos públicos. Estamos estudando medidas nesse sentido. Mas isso só será eficaz se todos os poderes e instituições se alinharem. Por isso, deixo aqui o pedido para que construamos uma reunião com os chefes dos poderes ou seus representantes, a fim de elaborar um plano de escalonamento de horários, com entradas às 7h, 8h, 9h ou até 10h, e até mesmo a redução da carga horária em alguns casos. Precisamos também de uma comunicação mais efetiva sobre rotas alternativas e horários”, defendeu.

O secretário-adjunto de Gestão e Planejamento Metropolitano da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), Isaac Nascimento Filho, apresentou as duas grandes obras em andamento – Complexo Leblon e BRT. “É bom compartilharmos nossas angústias de execução das obras antes de falarmos das medidas mitigadoras”, argumentou.

A respeito do Complexo Leblon, enfatizou os benefícios do empreendimento para o futuro da cidade, explicou como funcionarão as intervenções quando concluídas, destacou a parceria com a Semob, falou sobre as rotas de desvios, apresentou um cronograma com a previsão da liberação das interdições e as ações mitigadoras que estão sendo adotadas.

Segundo o secretário, o alargamento da Avenida Miguel Sutil, ao lado da trincheira do Complexo Leblon, deve ser concluído ainda em setembro de 2025. Já o trecho da Miguel Sutil sentido Rodoviária - Coxipó, na parte superior do túnel, está previsto para outubro.

Em dezembro, devem ser entregues tanto a passagem inferior ao lado do McDonald’s quanto a alça de acesso à Avenida do CPA, nas proximidades da Polícia Federal. Para o início de 2026, o cronograma prevê a finalização do trecho da Miguel Sutil sentido Coxipó - Rodoviária, também na parte superior do túnel, em fevereiro. Por fim, a conclusão da trincheira na Miguel Sutil está prevista para abril de 2026.

Sobre o BRT, informou que o novo modal contribuirá para reduzir o fluxo de ônibus na cidade e que mudará o conceito da Avenida do CPA com a substituição de retornos por cruzamentos.

Para encerrar, entre as ações mitigadoras, o secretário informou que medidas estão sendo adotadas em parceria com a Semob; que há inserção de bloqueios no aplicativo Waze; divulgação prévia de rotas alternativas em diferentes mídias; e sincronização dos cronogramas das obras com os da Águas Cuiabá. Além disso, o contrato do BRT prevê horário estendido de trabalho, das 6h às 22h.

A secretária interina da Semob, coronel PM Francyanne Siqueira Chaves Lacerda, explicou que, assim que assumiu a pasta há menos de 15 dias, buscou se reunir com os responsáveis pelas intervenções, como



O tempo perdido no trânsito vem afetando diretamente a qualidade de vida da população

Águas Cuiabá e representantes do Governo do Estado, para entender a dinâmica das obras e buscar alternativas que minimizem os impactos no trânsito.

A estrutura da Semob, dividida em três diretorias (Trânsito, Transporte e Engenharia), conta com cerca de 170 agentes, número considerado insuficiente frente à demanda atual. A secretária também mencionou a sobrecarga causada por eventos mensais, acidentes de trânsito e limitações legais de jornada dos agentes.

“Fizemos um mapeamento que identificou 27 pontos críticos onde seria necessário, no mínimo, uma dupla de agentes atuando, mas conseguimos atender menos da metade. Por isso, estamos articulando um termo de cooperação com o Batalhão de Trânsito para reforçar a atuação nesses locais e também iniciar a operação ‘Carga Pesada’, voltada ao controle de caminhões. Mesmo com todas as limitações, nossa equipe tem se dedicado ao máximo para garantir a segurança e a fluidez no trânsito da capital”, revelou.

O secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, José Afonso Portocarrero, destacou a importância da parceria entre o Governo do Estado, a Prefeitura e o Ministério Público para enfrentar os desafios da mobilidade urbana em Cuiabá. Ele lembrou o crescimento acelerado da cidade nas últimas décadas, que passou de 70 mil habitantes nos anos 1970 para cerca de 700 mil atualmente, o que gerou impactos inevitáveis na infraestrutura urbana.

“Cuiabá passou por um crescimento agressivo e desordenado, e não há planejamento que dê conta de tudo isso. Precisamos encontrar caminhos criativos e viáveis, como já fazem cidades europeias com crescimento controlado. É hora de discutir soluções com apoio do Ministério Público e buscar alternativas reais para destravar a cidade, não só politicamente, mas também fisicamente, para que ela volte a funcionar de forma eficiente”, defendeu.

Alerta de baixa umidade do ar: como encarar tempo seco e proteger a saúde

Indivíduos que já sofrem com doenças respiratórias, como rinite e asma, são particularmente afetados pela baixa umidade do ar

Elloise Guedes

Foto Divulgação



O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para baixa umidade para 15 estados e o Distrito Federal nesta primeira semana de setembro

Com o ar seco por conta da falta de chuvas e alta nas queimadas, alguns cuidados precisam ser tomados em relação a saúde. Os problemas decorrentes do tempo seco vão desde alergias diversas e respiratórias, como consequência do ressecamento das mucosas, que pode ocorrer até sangramentos pelo nariz, ressecamento da pele e irritação da conjuntiva dos olhos.

Por causa do tempo seco, médicos e treinadores físicos alertam os praticantes de atividades ao ar livre ou de academias que não contam com sistema de climatização a deixarem as atividades de lado, pelo menos por enquanto, a qualquer sintoma de mal-estar. Isso porque a umidade relativa do ar, que nos últimos dias chegou aos 10% em Mato Grosso, o que tor-

na a respiração mais difícil, pode causar desidratação e outros problemas, inclusive para o coração.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para baixa umidade para 15 estados e o Distrito Federal nesta primeira semana de setembro: serão afetados pelo tempo seco os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de partes de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rondônia. Os estados do Centro-Oeste mais atingidos também estão sendo atingidos pelas fumaças das queimadas na Amazônia e no Pantanal.

A umidade relativa do ar não deve pas-

sar dos 20% – a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta o limite ideal da umidade relativa do ar é em torno de 60% – e há riscos para a saúde da população de incêndios florestais. O Ministério da Saúde reforçou suas recomendações para reduzir a exposição às partículas resultantes da fumaça das queimadas.

Indivíduos que já sofrem com doenças respiratórias, como rinite e asma, são particularmente afetados pela baixa umidade do ar. A falta de umidade agrava esses problemas, tornando o nariz e os pulmões menos eficazes e intensificando os sintomas. A baixa umidade também propicia a propagação de vírus e bactérias, que sobrevivem melhor nessas condições. Isso aumenta a preocupação com epidemias de gripes e resfriados

CUIDE-SE

– Evite fazer atividades físicas das 10h às 16h;

– Procure se hidratar adequadamente. Os especialistas recomendam cerca de 300 a 500 mililitros (ml) de água 30 minutos antes da atividade e 200 a 250 mililitros (ml) a cada 20 minutos;

– Aqueles que praticam esportes competitivos de longa duração ao ar livre, como corrida de rua, mountain bike, ciclismo, corrida de aventura e provas de triathlo, devem redobrar a atenção. Esses são esportes de alta demanda energética e metabólica e exigem ainda mais cuidados quando praticados em ambientes secos.

Mais de mil lojistas participam da Liquida Grande Cuiabá 2025

Mais de mil lojistas participam da iniciativa, oferecendo promoções em segmentos variados, com descontos de até 70%

DA REDAÇÃO

Foto Divulgação

Consumidores da Grande Cuiabá têm a oportunidade de adquirir produtos com até 70% de descontos. Acontece que já começou a Liquida Grande Cuiabá 2025, campanha que este ano tem a participação de mais de mil lojistas em Cuiabá e Várzea Grande.

A campanha teve início na última quinta-feira (11) e segue até o próximo domingo (22) abrangendo diversos segmentos do comércio, sendo que cada empresário escolhe os produtos que estarão em promoção. As lojas participantes estarão identificadas, facilitando a busca dos consumidores.

De acordo com o presidente da CDL Cuiabá, Junior Macagnam, levantamentos recentes do Núcleo de Inteligência de Mercado mostram que a maioria da população cuiabana ainda prefere comprar em lojas físicas. Ele ressalta que campanhas como a Liquida Grande Cuiabá beneficiam consumidores e lojistas.



A campanha teve início na última quinta-feira (11) e segue até o próximo domingo (22) abrangendo diversos segmentos do comércio

“É uma oportunidade para os clientes comprarem com preços mais acessíveis, sem comprometer o orçamento. E o momento ideal para os empresários incrementarem o caixa e as receitas de seus empreendimentos”, avalia.

VACINÔMETRO

Treze municípios deixam ranking das piores coberturas vacinais em MT

O projeto tem como objetivo ampliar os índices de vacinação entre crianças, adolescentes e idosos

DA REDAÇÃO

Dos 131 municípios mato-grossenses que integraram o levantamento do projeto Vacinômetro no primeiro trimestre de 2025, 10% deixaram de figurar no ranking na segunda edição, realizada em junho. São eles: Alto Garças, Araputanga, Juína, Juruena, Mirassol D'Oeste, Nova Canãa do Norte, Nova Xavantina, Paranaíta, Planalto da Serra, Rio Branco, São José do Xingú, Sorriso e União do Sul.

A iniciativa é conduzida pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor,

Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico, e monitora desde 2023 a cobertura vacinal de 17 imunizantes em Mato Grosso. No entanto, no levantamento de junho deste ano, apenas 16 vacinas foram atualizadas, ficando de fora a Influenza (idosos).

O projeto tem como objetivo ampliar os índices de vacinação entre crianças, adolescentes e idosos nos 42 municípios com as menores taxas de cobertura, que representam 30% do estado. Além de fornecer subsídios aos promotores de Justiça para atu-

ação junto ao poder público local, o monitoramento também busca conscientizar a população sobre a eficácia das vacinas.

O levantamento é realizado periodicamente com apoio do Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) do Ministério Público de Mato Grosso. As informações são fornecidas pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), que considera ideal uma cobertura vacinal superior a 95%.

Na edição de junho, foram monitoradas 16 vacinas, destinadas a dife-

rentes faixas etárias: menores de um ano (BCG, febre amarela, meningococo C, pentavalente, pneumocócica, poliomielite e rotavírus), menores de dois anos (hepatite A, tríplice viral e varicela), e crianças e adolescentes (HPV feminino, HPV masculino, meningocócica ACWY aos 11, 12, 13 e 14 anos).

Além disso, o ranking já apresenta dados atualizados dos imunizantes ACWY (todas as faixas etárias) e HPV (adolescentes de ambos os sexos), referentes ao mês de agosto de 2025.

sobe

Dois consumidores da capital foram contemplados com prêmios de R\$ 100 mil no programa Nota MT, que distribuiu R\$ 900 mil entre mais de mil participantes cadastrados. A edição contou com mais de 4,5 milhões de bilhetes gerados por quem pediu CPF na nota.

desce

Embora Mato Grosso se destaque como o maior produtor de grãos do país, o estado ainda enfrenta um desafio estrutural que compromete a competitividade de seus agricultores: a insuficiência de capacidade de armazenagem nas propriedades rurais. Em entrevista, o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Lucas Beber, alertou para os riscos e prejuízos decorrentes da carência de estruturas adequadas para o armazenamento da produção agrícola.

Gilberto Figueiredo garante funcionamento da Santa Casa

O Hospital Estadual Santa Casa seguirá com atendimentos normais em Mato Grosso. A informação foi confirmada pelo secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, após questionamentos levantados na Assembleia Legislativa sobre um possível fechamento da unidade. De acordo com o secretário, não há qualquer risco de suspensão dos serviços prestados pelo hospital, que é referência em atendimentos de média e alta complexidade. A declaração foi reforçada por parlamentares, que destacaram a importância da Santa Casa para o sistema público de saúde do estado.

Foto Divulgação



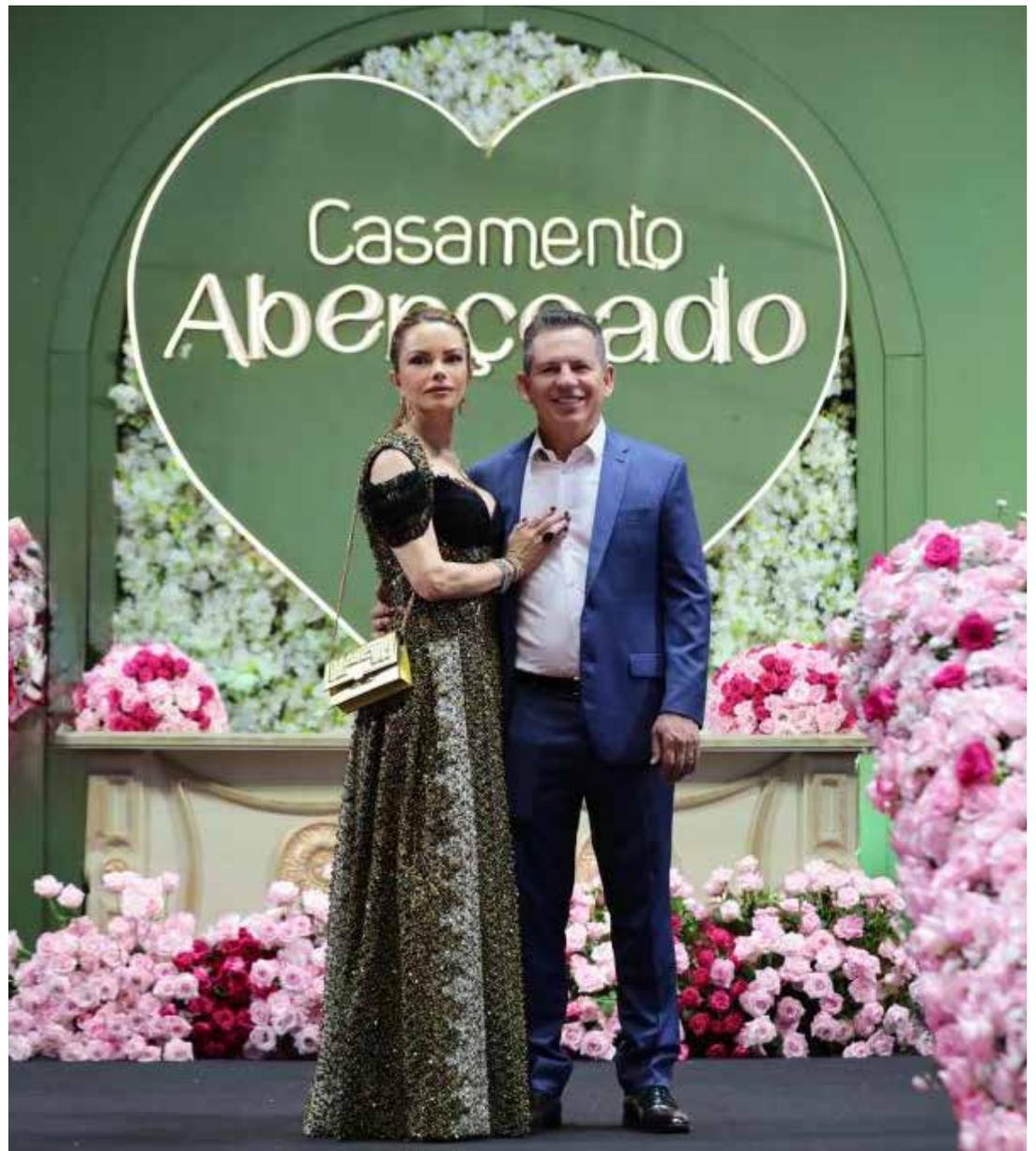
Secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo

coluna social

sherlockholmes

tonycgr@hotmail.com

Foto Divulgação



Virgínia fortalece famílias com o “Casamento Abençoado”

As inscrições para o programa “Casamento Abençoado” seguem abertas até o dia 24 de setembro. A iniciativa, idealizada pela primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, vem se consolidando como uma das ações de maior impacto social no estado, garantindo cidadania e inclusão para centenas de casais. O projeto é coordenado em nível estadual pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc) e, em Campo Verde, conta com a liderança da primeira-dama e secretária de Assistência Social e Habitação, Rosilei Pereira Borges de Oliveira. Além de oficializar uniões de forma gratuita, o “Casamento Abençoado” simboliza a valorização da família e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

Alteração viária no Centro Político Administrativo

A Rua Edgar Prado, no Centro Político Administrativo, passará a ter sentido único no trecho em direção à Secretaria de Infraestrutura e à Assembleia Legislativa. A mudança, implantada pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), busca melhorar o fluxo de veículos na região da Avenida do CPA e reduzir os congestionamentos próximos ao Shopping Pantanal.